



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Sumário dos pareceres da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Data da reunião: 23/06/2015

Presidente: Senador Cristovam Buarque

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PLS 486/2013 Ementa: Altera a Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012, para dispor sobre providências necessárias em investigações policiais de delitos informáticos. Autoria: Senador Vital do Rêgo [tramitação] Não Terminativo	Senador Valdir Raupp	Pela prejudicialidade [relatório]	Altera a Lei 12.735/2012, impondo que os provedores de serviços de acesso e conteúdo de Internet comuniquem a ocorrência de ilícito no prazo de 48 horas ao delegado de polícia em caso de crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores, desabilitando o acesso ao conteúdo criminoso em 24 horas da notificação. O parecer destaca que o objeto da lei foi tratado pelo Senado nas votações do PLC 21/2014, convertido na Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet. Assim, entende pela prejudicialidade do projeto. 1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
2	PLS 429/2014 Ementa: Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000. Autoria: Senador Anibal Diniz [tramitação] Não Terminativo	Senador Walter Pinheiro	Pela aprovação [relatório]	O PLS pretende instituir subsídio para ampliar o acesso das famílias de baixa renda aos serviços de telecomunicações em banda larga. Para tanto, prevê a utilização dos recursos do Fundo de Universalização de Telecomunicações (FUST) para custear, via subvenção econômica, o valor correspondente a 50% da tarifa ou preço mensal do plano básico do serviço de banda larga, nos termos de regulamento a ser editado pela Agência Nacional de Telecomunicações. A iniciativa beneficia as famílias que possuam renda <i>per capita</i> menor ou igual a meio salário mínimo nacional ou que tenham entre seus membros quem receba benefício de prestação continuada da assistência social. 1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa; 2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 09/06/2015.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PLS 61/2012 Ementa: Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios. Autoria: Senador Paulo Bauer [tramitação] Terminativo	Senador Telmário Mota	Pela rejeição [relatório]	Propõe que entidades filantrópicas, escolas, creches e entidades religiosas sejam isentas do pagamento de direitos autorais quando utilizarem obras artísticas e culturais em eventos beneficentes promovidos visando levantar verba para sua própria manutenção e funcionamento. O parecer destaca que a proteção ao direito autoral goza de amparo constitucional (art. 5º, XXVII). Destaca também que em relação à necessidade do fim lucrativo para a remuneração do trabalho artístico, destaca entendimento do STJ no REsp 471.110/DF, relatado pelo Ministro Ari Pargendler: “a ninguém é lícito fazer cortesia com bem alheio”. Assim, conclui pela rejeição do projeto. 1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer pela rejeição do Projeto.
4	PLS 433/2013 Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica. Autoria: Senador Vital do Rêgo [tramitação] Terminativo	Senador Walter Pinheiro	Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta [relatório]	A proposição visa a tornar obrigatória e gratuita a identificação do código de acesso dos assinantes que originam chamadas telefônicas. Pretende, dessa forma, evitar a prática de crimes por meio das redes de telefonia, bem como coibir abusos nas práticas dos serviços de telemarketing e de cobranças. Na CMA, o projeto recebeu substitutivo que manteve as linhas gerais de seu conteúdo. Na CCT, o atual relator propõe alguns ajustes redacionais, para aprimorar a técnica legislativa, para adequar a terminologia utilizada no projeto aos termos consagrados na legislação das telecomunicações e para melhor explicitar os direitos que se pretende conferir aos usuários da telefonia. 1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CMA (Substitutivo); 2) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal; 3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 09/06/2015.

Item	Identificação da matéria
5	RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 37/2015 Ementa: Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática– CCT, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de audiência pública para discutir Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia. Para tanto peço o convite do Dr. Márcio Silveira, reitor da Universidade Federal do Tocantins e Djalma Bezerra Mello, titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Autoria: Senadora Angela Portela

Item	Identificação da matéria
6	RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 38/2015 Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT: • Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; • Representante da Casa Civil; • Representante do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA. Autoria: Senador Valdir Raupp
7	RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 40/2015 Ementa: Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 6, de 2015 – CCT, a inclusão dos representantes abaixo relacionados, para participarem, como convidados, da audiência pública que irá debater a situação da Biotecnologia do Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia. 1) Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; e, 2) Representante do movimento pró-CBA. Autoria: Senador Omar Aziz
8	RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 41/2015 Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a inclusão do nome do Professor da Universidade Federal do Amazonas, Dr. SPARTACO ASTOLFI FILHO, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a que trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT. Autoria: Senadora Sandra Braga
9	RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 42/2015 Ementa: Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para instruir a matéria do PLC nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: – Vidal Serrano Nunes Jr., Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor - Idec; – José Elaeres Marques Teixeira, Subprocurador-geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; – Sr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Agrário – Dra. Ana Cláudia Farranha, Professora da Universidade de Brasília. – André Dallagnol, membro da organização Terra de Direitos. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
10	RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 43/2015 Ementa: Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do “Ensino de Ciências na Educação Básica, os fundamentos, os desafios, as ações imediatas”, para tanto devem ser convidados: 1. Rejane Lira, Coordenadora do Projeto Ciência, Arte e Magia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); 2. Gisele Oliveira, Professora do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 3. Moisés Nussensweig Coordenador do Projeto Aventuras na Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 4. Dora Montenegro, Diretora dos Centros de Educação Científica em Macaíba e Natal do IINN-ELS; 5. Isaac Roitman, Coordenador do Programa n-Futuros da Universidade de Brasília (UnB); 6. Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão. Autoria: Senador Cristovam Buarque

Item	Identificação da matéria
11	RCT (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA) 44/2015 Ementa: Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: 1. Virgílio Almeida, secretário de Política de Informática do MCTI; 2. Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom); 3. Sergio Cavalcanti, Diretor Geral do Centro de Estudos Avançado do Recife (CESAR); 4. Lucas Veiga, Assessor de Relações Governamentais da P&D BRASIL; 5. Fabio Gandur, Pesquisador Chefe da IBM no Brasil; 6. Sergio Serio Filho, Diretor de Relações Institucionais da Totvs; 7. Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão. Autoria: Senador Cristovam Buarque

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
12	PDS 182/2001 Ementa: Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO - FUSASO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Fernando Bezerra Coelho	Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao Juízo de Direito da Comarca de Bonito e ao Ministério das Comunicações [relatório]	Trata-se de projeto solicitando autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária à <i>Fundação de Saúde e Ação Social Pautila Jordão — FUSASO</i>. O Senado Federal recebeu denúncia relatando ação no município de Bonito-PE, onde o CNPJ da comunidade teria sido cancelado, bem como relatório do TC-PE informando diligência que concluiu pela inexistência física da Fundação. Em 2001 a CE aprovou parecer sobrestando a tramitação da proposição até resolução da questão, oficiando ao TC-PE e ao MP-PE, bem como à Receita Federal para informação sobre regularidade. Em 2002 o TC-PE respondeu que não há processo relativo à entidade, que não consta do cadastro de entidades. Os demais órgãos não responderam. O Senado recebeu também em 2002 ofício do Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério das Comunicações encaminhando Processo e comunicando existência de ação judicial contra a FUSASO. Diante de tais fatos, o parecer destaca que o exame da documentação evidenciou possível violação das formalidades da Lei 9612/1998, em especial no tocante a dispositivo que impõe serem competentes para exploração da radiodifusão comunitária as entidades que sejam sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço. Por este motivo, o parecer defende a aprovação de requerimentos para que se oficie ao TC-PE, ao Juízo da Comarca de Bonito, bem como ao Ministério das Comunicações, ficando sobrestado o projeto.
13	PDS 184/2014 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DE SÃO PEDRO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Aloysio Nunes Ferreira	Pela aprovação [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
14	PDS 188/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Aloysio Nunes Ferreira	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
15	PDS 177/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ - ASDECAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Piriá, Estado do Pará. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Flexa Ribeiro	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
16	PDS 192/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marudá, Município de Marapanim, Estado do Pará. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Flexa Ribeiro	Pela aprovação, com a Emenda que apresenta [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A emenda apresentada é de redação. 1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
17	PDS 71/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PIÇARRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Hélio José	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
18	PDS 112/2014 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITE FM Ltda., originariamente Rádio Antena Um Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Marcelo Crivella	Pela aprovação [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
19	PDS 143/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES INTERATIVA DE PARANAGUÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Valdir Raupp	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
20	PDS 46/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ARTÍSTICA, DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO DE GUARIZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Vicentinho Alves	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
21	PDS 39/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ARTÍSTICA DE JUSSIAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiape, Estado da Bahia. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Walter Pinheiro	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
22	PDS 120/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Zeze Perrella	Pela aprovação [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Data da reunião: 23/06/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
23	PDS 125/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO DOS MORADORES DO ALTO DA COLINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guiricema, Estado de Minas Gerais. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Zeze Perrella	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
24	PDS 131/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga concessão à SM RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Zeze Perrella	Pela aprovação [relatório]	Concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens.
25	PDS 137/2014 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ONDAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senador Zeze Perrella	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
26	PDS 380/2012 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbáiba, Estado de Goiás. Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) [tramitação] Terminativo	Senadora Rose de Freitas	Pela rejeição [relatório]	Trata-se de projeto que prevê a aprovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada à <i>P1 Serviços de Comunicação Ltda.</i> Em 2013 a Comissão encaminhou Requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, solicitando esclarecimento em relação a denúncias veiculadas pela Folha de São Paulo em 03/12/2012. A notícia relata suspeita da Polícia Federal de que grupo organizado por Paulo Vieira, ex-diretor da ANA, envolvido na operação Porto Seguro, teria utilizado a rádio para lavagem de dinheiro obtido em tráfico de influência em órgãos da União. Entende o parecer que as respostas apresentadas pelo Poder Executivo não atendem à solicitação feita por esta Comissão. Assim, vota pela rejeição do Projeto.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.